



JORNAL DA ANAMATRA

Direito do Trabalho

P. 4. Anamatra critica propostas de flexibilização das leis trabalhistas

Regulamentação

P. 8. CSJT regulamenta trabalho voluntário de magistrados aposentados

Sempre ao seu lado

P. 10. Campanha “Juiz do Trabalho sempre ao seu Lado” chega a São Paulo

Novos Juízes

P. 12. Novos magistrados conhecem o movimento associativo


JUÍZES DO TRABALHO E FEDERAIS PARALISAM ATIVIDADES CONTRA DESVALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS



Os magistrados do Trabalho e Federal paralisam suas atividades por dois dias, em 7 e 8 de novembro, para chamar a atenção para a desvalorização de suas carreiras, que sofreram perdas remuneratórias de 28,86% desde 2005, quando foi implantado o subsídio em parcela única. Os juízes do Trabalho e Federais também não participarão da Semana Nacional de Conciliação do CNJ, de 7 a 14 de novembro, como forma de protesto à situação remuneratória. As conciliações serão retomadas após o dia 14 de novembro, reafirmando os juízes federais e do Trabalho o seu compromisso histórico com uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Os magistrados da União apoiam a prática da conciliação, medida que desafoga a Justiça com a solução de litígios mediante acordos, desde que conscientes e justos. Somente em 2011, mais de 100 mil acordos foram celebrados na Justiça Federal, que pratica a conciliação no seu dia a dia. Na Justiça do Trabalho a conciliação é princípio, com índices médios de sucesso de cerca de 40% em primeira audiência. Os juízes do Trabalho conciliam todos os dias, ainda que o processo não esteja com audiência designada. A gravidade de situação remuneratória, porém, exige uma resposta dos magistrados aos Poderes constituídos.

A estrutura da carreira apresenta ainda deficiências estruturais como a ausência de progressão funcional. Juízes em fase adiantada ou mesmo em final de carreira contam com vencimentos idênticos aos percebidos no início da carreira. O exercício de funções administrativas e cumulação de jurisdição sem remuneração são outros motivos de desestímulo aos magistrados. Em flagrante desrespeito à Constituição Federal, o Poder Executivo não encaminhou ao Congresso, no ano passado, a proposta orçamentária do Poder Judiciário que assegurava o reajuste do subsídio. Neste ano, a proposta do Judiciário foi indevidamente reduzida.

A Associação Nacional dos Juízes da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) continuam abertas ao diálogo institucional, na busca de uma solução consensual para a reposição das perdas inflacionárias que corroem a remuneração dos magistrados. A paralisação será, além de uma demonstração da mobilização dos juízes, um momento para a reflexão e o debate na busca de uma saída para o impasse estabelecido. Nenhum trabalhador, juízes incluídos, pode viver pacificamente com perda salarial de quase um terço do valor real de sua remuneração. Desde 2005 os juízes da União tiveram apenas 9% de reposição salarial. 

Expediente

PRESIDENTE:

Renato Henry Sant'Anna

(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE:

Paulo Luiz Schmidt

(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL:

Fabício Nicolau dos Santos Nogueira

(Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

João Bosco de Barcelos Coura

(Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO:

Gilberto Augusto Leitão Martins

(Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Cléa Maria Carvalho do Couto

(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

E ASSUNTOS JURÍDICOS:

Vitor Leandro Yamada

(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

Germano Silveira de Siqueira

(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

André Machado Calvancanti

(Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

Valter Souza Pugliesi

(Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

Terezinha Célia Kineipp Oliveira

(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli

(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia),

Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco),

Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul);

SUPLENTE:

Adib Pereira Netto Salim

(Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 BI E Conj A Salas 602/608

Brasília/DF CEP: 70316-000

NA INTERNET: www.anamatra.org.br

CONTATO: (61) **3322.0266 / 3321.7388**

imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS

RESPONSÁVEIS:

Mariana Monteiro (7859/DF)

Viviane Dias (22651/RJ)

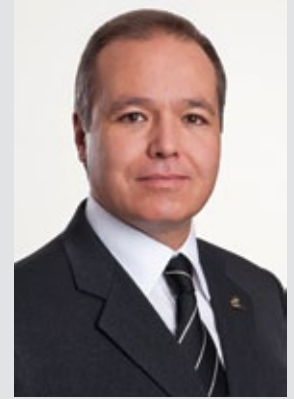
MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

Clarissa Teixeira e Luisa Bravo

Carta ao Associado

Caro associado,



Nos próximos dias 7 e 8, os juízes do Trabalho e Federais realizarão a maior mobilização do judiciário federal já vista no Brasil. Será uma paralisação de dois dias em favor das nossas prerrogativas, previstas constitucionalmente e tão mitigadas, especialmente pela ausência de uma política remuneratória efetiva para os magistrados. Também não participaremos da Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 7 a 14 de novembro, como forma de protesto à situação remuneratória.

Vivemos um momento delicado na magistratura brasileira, e não podemos ficar parados. Precisamos lutar pelos nossos direitos para defender os direitos dos outros. Continuamos abertos ao diálogo, mas precisamos demonstrar, de forma prática e visível, a nossa insatisfação com uma perda salarial de quase um terço do valor real de nossa remuneração. E isso é algo que nenhum trabalhador pode aceitar sem se irressignar, o que inclui os magistrados brasileiros. Esta edição do Jornal Anamatra, referente ao mês de outubro, anuncia essa nossa mobilização, feita em parceria com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Ainda na seara da valorização da magistratura, protocolamos no CNJ ofício assinado por todas as 24 Amatras com uma pauta emergencial de reinvidicações, aprovada pelo Conselho de Representantes da Anamatra. Entre os pleitos urgentes, além da reposição das perdas inflacionárias, estão: a regulamentação da ajuda de custo para auxílio moradia, em índice não inferior a 15%; o pagamento integral e imediato do passivo do auxílio alimentação; e a constituição formal e efetiva da comissão interpoderes visando a implementação de mecanismos que enfrentem o quadro de desprofissionalização e de desestímulo da carreira da magistratura, a exemplo do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Nosso jornal também destaca outras realizações de nossa entidade, a exemplo da campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado", que promoveu um mutirão de atendimento ao público em São Paulo. Os eventos da campanha têm sido oportunidades únicas de estarmos ainda mais perto do cidadão, seja ele empregado ou empregador, esclarecendo direitos, deveres e contribuindo para a promoção de uma cidadania verdadeira em nosso país.

A luta da Anamatra pela não flexibilização dos direitos trabalhistas também é pauta de nosso Jornal. Entendemos que o trabalho humano não pode ser tratado como mercadoria. A dignidade do trabalhador não pode ser ameaçada sob justificativas meramente econômicas e momentâneas. A nossa Associação faz um alerta à sociedade para movimentos que colocam em risco a própria estrutura dos direitos sociais, que sempre representaram o resgate do valor do trabalho e da redução da desigualdade.

Entre outros assuntos, nosso Jornal mostra ainda um pouco da atuação da Anamatra no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho no mês de outubro, além de anunciar os finalistas do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos.


Uma boa leitura a todos.

Renato Henry Sant'Anna

Presidente da Anamatra

ANAMATRA CRITICA PROPOSTAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) divulgou no dia 2 nota pública na qual critica as propostas de flexibilização das leis trabalhistas. “A globalização, nos moldes atuais, tem como efeito a precarização dos direitos fundamentais no campo das relações de trabalho, uma vez que prioriza os interesses econômicos”, alertam os magistrados. Entre os exemplos da precarização, na visão da Anamatra, estão: a reforma da CLT (proposta do Governo Federal), a regulamentação da terceirização, o projeto do simples trabalhista e acordo coletivo de finalidade específica, propostas essas já em trâmite no Congresso Nacional ou a

serem encaminhados brevemente para discussão. Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, a valorização do trabalho e o combate à desigualdade social não podem dar lugar a preocupações meramente econômicas. “O trabalho humano não pode ser tratado como mercadoria. A dignidade do trabalhador não pode ser ameaçada sob justificativas meramente econômicas e momentâneas. Não é por acaso que tais propostas sempre aparecem na menor ameaça de crise econômica, ainda que a milhares de quilômetros do Brasil”, alertou.  Confira abaixo a íntegra da nota:

NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a propósito de várias notícias veiculadas recentemente na imprensa sobre a necessidade de flexibilização das leis trabalhistas, vem a público afirmar:

- 1- O Direito do Trabalho nasceu do reconhecimento da desigualdade entre empregados e empregadores e da necessidade de conferir dignidade aos que estão em situação contratual economicamente desprotegida. Sob esse mesmo fundamento de proteção justificada vigoram no Brasil outras tutelas específicas, como o Direito do Consumidor;
- 2- A instituição do Direito Social e da Justiça do Trabalho no Brasil representaram ao longo do século passado e continuam representando nos dias atuais a perspectiva de resgate do valor do trabalho e da redução da desigualdade;
- 3- A globalização, nos moldes atuais, tem como efeito a precarização dos direitos fundamentais no campo das relações de trabalho, uma vez que prioriza os interesses econômicos;
- 4- A Anamatra adverte que propostas como a reforma da CLT (anunciada pelo Governo ainda

- sem forma definida), a regulamentação da terceirização, o projeto do simples trabalhista e acordo coletivo de finalidade específica, já em trâmite no Congresso Nacional ou a serem encaminhados brevemente para discussão naquela Casa Legislativa, representam sério risco para os trabalhadores e negação dos próprios fundamentos dos direitos sociais e das garantias constitucionais;
- 5- A preservação dos direitos sociais estabelecidos especialmente a partir da Constituição de 1988 constitui patrimônio do povo brasileiro, com os quais está em sintonia a Consolidação das Leis do Trabalho e a ideia da restrição do trabalho precário, prática responsável pelos índices elevados de acidente de trabalho;
- 6- O Brasil ainda está entre os 12 países mais desiguais do mundo e não poderá conviver com uma legislação que prestigie os interesses econômicos em detrimento dos valores que prestigiam a dignidade;
- 7- Nesse sentido, a Anamatra alerta toda a sociedade para movimentos que coloquem em risco a própria estrutura dos direitos sociais.

Brasília, 2 de outubro de 2012.

Renato Henry Sant’Anna
Presidente da Anamatra

SENADOR PAULO PAIM ENALTECE POSIÇÃO DA ANAMATRA EM DEFESA DA NÃO FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS




Foto: José Cruz/ Agência Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS) citou a Anamatra em discurso realizado no dia 17 no Congresso Nacional, em que o parlamentar chama atenção para possíveis regressões nos direitos trabalhistas dos brasileiros por meio da flexibilização de artigos dispostos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). “A CLT, senhoras e senhores, é um patrimônio do nosso povo, está prestes a completar, agora em 2013, 70 anos. (...) Essas conquistas não foram alcançadas de graça, foram forjadas a duras penas, em batalhas permanentes, em luta quase que diária do nosso povo, foi e continua sendo uma questão de justiça. Por isso, devemos estar atentos, redobrando nossa vigilância”, destacou Paim.

Como exemplo, Paulo Paim citou os Projetos de Lei (PL) nº 951/2011 (Simples Trabalhista) e 4330/2004 (terceirização) e o PL nº 1463/2011, que versa sobre o novo código de trabalho. “A Anamatra explicita com muita força a sua indignação em relação a esses e a outros projetos. O presidente da entidade diz que é um grande retrocesso nos direitos trabalhistas do Brasil e uma afronta à democracia, igualdade, fraternidade e solidariedade essa mudança apresentada”, contou o senador.

Paim também falou de uma proposta, espelhada no modelo americano, que cria duas formas de contratação: a eventual e a por hora trabalhada. “Lá (nos Estados Unidos) não deu certo e, por isso, a crise que está lá não está aqui. Na prática, embora eu respeite opiniões diferentes, isso será um retrocesso, abrindo espaço para que não se cumpra o que manda a CLT e a própria Constituição”. “O país atravessa o mais importante ciclo de desenvolvimento econômico e social de sua História. Agora convenhamos, não é porque existe uma crise dita mundial lá, nos países de primeiro mundo, que nós vamos mexer nos direitos dos trabalhadores aqui no Brasil, onde estamos vivendo uma política, inclusive, quase de pleno emprego. Lá o desemprego é de 30%, aqui não chega a 5%”, relatou. “Os trabalhadores e os aposentados não podem ser chamados novamente a ter prejuízos, numa ameaça velada de que a crise que está lá um dia poderia chegar aqui”.

O senador aproveitou a oportunidade para anunciar que realizará audiência pública para debater a chamada flexibilização da CLT e a reforma dos direitos trabalhistas. “Não temos receio nenhum do bom combate, do bom debate”, finalizou o parlamentar .

ANAMATRA DISCUTE ORÇAMENTO DE 2013 COM SENADOR ROMERO JUCÁ


Foto: Arquivo Anamatra



“A luta da Anamatra e das entidades de classe da magistratura é pela aprovação dos projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional”

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, reuniram-se no dia 17 com senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator geral do orçamento da União para o ano de 2013. Durante o encontro, os magistrados entregaram ao parlamentar documento expondo o processo de “desprofissionalização” que a magistratura vem sofrendo nos últimos anos, decorrente de múltiplos fatores, em especial pela falta de uma política remuneratória clara e objetiva que preserve o valor do subsídio mensal e valorize a experiência na carreira.

O senador, que também se reuniu com Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), disse que discutirá o assunto com o governo com vistas a tentar evoluir no pleito da magistratura federal.

A luta da Anamatra e das entidades de classe da magistratura é pela aprovação dos projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional, totalizando 28,86%, mera reposição inflacionária do valor dos subsídios, que, desde 2006, sofreu apenas uma correção de 9%. 

Legislativo

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA ANAMATRA REÚNE-SE COM LÍDER DO PDT NA CÂMARA

Germano Siqueira foi recebido por deputado André Figueiredo para tratar de projetos de lei que recompõem os subsídios da magistratura


Foto: Arquivo Anamatra



O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, acompanhado pelos dirigentes da Ajufe Ivanir Ireno e Décio Gimenez, esteve na tarde desta terça-feira (30/10) com o líder do PDT na Câmara dos Deputados, André Figueiredo. O objetivo do encontro foi tratar da tramitação dos Projetos de Lei que garantem a recomposição dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal – PL 7749/2010, PL 2197/2011 e PL 4360/2012.

Os magistrados destacaram que já há uma perda inflacionária de cerca de 30% nos vencimentos da magistratura desde 2005 e que os 15% oferecidos pelo Poder Executivo, que ainda serão divididos em três anos, não

recompõem esta perda. “Precisamos chamar a atenção do Congresso para as alternativas que podem ser encontradas junto ao Governo Federal para a recomposição dos subsídios da magistratura, com a aprovação dos projetos de lei enviados pelo Supremo Tribunal Federal”, explicou o diretor da Anamatra.


André Figueiredo mostrou-se solidário às explicações dos dirigentes da Anamatra e da Ajufe e revelou que é apoiador dos projetos que beneficiam não somente a magistratura, mas também os demais servidores públicos. “Apoio, principalmente, que haja interlocução e diálogo entre os Poderes para solucionar estas questões”, declarou o deputado. 

FRENTE ASSOCIATIVA DISCUTE VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Fotos: Arquivo Anamatra



Durante o mês de outubro Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas) reuniu-se para discutir temas de interesse das duas carreiras, com destaque para projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que tratam da reposição dos subsídios da magistratura e dos membros do MP.

No dia 16, dirigentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) também estiveram na sede da Anamatra para traçar estratégias comuns na luta pelo estabelecimento de uma política remuneratória para a magistratura e o Ministério Público. 

CSJT REGULAMENTA TRABALHO VOLUNTÁRIO DE MAGISTRADOS APOSENTADOS



Foto: Aldo Dias/ SCOTST


O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou na sessão do dia 23, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, conselheira Claudia Cardoso de Souza, resolução visando à regulamentação do trabalho voluntário de magistrados aposentados no âmbito de todos os Tribunais Regionais do Trabalho. A aprovação do ato normativo atendeu a pedido de providências formulado pela Anamatra em abril deste ano (PP-3461-38.2012.5.90.0000). A matéria mereceu atenção prioritária das diretorias de Aposentados e de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos.

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou da sessão. Também estavam presentes a Diretora de aposentados, Terezinha Kineipp, e o juiz Leonardo Ely, do Conselho Fiscal da entidade.

“Essa ação espontânea é benéfica ao permitir a melhoria da qualidade de vida e a motivação. Revela o espírito de colaboração de quem o exerce”, ressaltou a relatora em seu voto. “A resolução já é objeto de disciplina do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e vem ao encontro dos anseios mais elevados da sociedade e de promoção da cidadania”, completou o ministro João Oreste Dalazen, presidente do TST.

No pedido formulado ao CSJT a Anamatra ressaltou a importância da regulamentação do trabalho voluntário para evitar futuros questionamentos quanto a sua legalidade, bem como em relação a eventuais ressarcimentos das despesas realizadas na prestação desses relevantes

serviços pelos magistrados aposentados. A entidade também lembrou que a atividade já possui expressa autorização legal na Lei nº 9.608/1998, além de normas do Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 125/2010), do TST (Ato nº 27/TST.GP, de 24 de janeiro de 2012) e do próprio do CSTJ (Ato nº 195/CSJT.GP.SG, de 14/9/2011). “Não se tem conhecimento, até o presente momento, de terem os Tribunais Regionais do Trabalho exercido a competência residual que lhes foi delegada pelo CSJT visando a regulamentar a matéria no âmbito interno de suas competências, criando vácuo normativo”, ponderou a entidade no pedido.

Para a diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, a decisão do CSJT representa uma importante política de valorização do magistrado aposentado. “A resolução vem normatizar uma realidade que já existe em diversos TRTs, que já contam com o aproveitamento do conhecimento e da experiência de magistrados aposentados em Núcleos de Conciliação, em Escolas Judiciais e em outras diversas atividades. A oportunidade do trabalho voluntário é importante para a valorização e qualidade de vida do magistrado aposentado”, ressaltou a magistrada, lembrando que o assunto foi tema da “Carta do Rio de Janeiro”, que encerrou no último mês de agosto o 3º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados. No documento, os magistrados ressaltaram a importância do pedido formulado ao CSJT e da necessidade de empenho na sua aprovação. 

ANAMATRA DEFENDE NO CNJ REGULAMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS A MAGISTRADOS




Foto: Gil Ferreira/ Agência CNJ

A Anamatra protocolou no dia 2 no Conselho de Nacional de Justiça (CNJ) manifestação nos autos do Procedimento de Controle Administrativo (PCA 0003107-62.2012.2.00.0000), do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no sentido de que o órgão recomende a todos os tribunais do país para que sejam adotadas políticas administrativas visando possibilitar aos magistrados o gozo efetivo e integral das férias anuais. “Trata-se de medida necessária à manutenção da higidez física e mental desses, resultando na consequente melhoria da prestação jurisdicional”, afirma a entidade no documento.

Na impossibilidade concreta de concessão integral das férias anuais por imperiosa necessidade de serviço, a Anamatra requer ao CNJ que seja reconhecido o direito aos magistrados de converterem aquelas não gozadas, a partir da segunda, em indenização, fixando-se, ainda, critérios objetivos e isonômicos para o respectivo pagamento.

“A questão não é de simples solução, pois, se por um lado é sabido que os períodos de férias dos magistrados têm por finalidade precípua resguardar a saúde física e mental destes, de outra banda sabe-se que, na prática, a fruição plena desse direito esbarra, invariavelmente, na impossibilidade concreta de o juiz, em diversas comarcas e tribunais, ausentar-se do serviço por interesse público”, alerta a entidade.

Para Anamatra, o CNJ deve construir uma solução que contemple as necessidades dos magistrados de, efetivamente, gozarem anualmente seus períodos de férias, sem que fique prejudicado o direito desses de, não o fazendo por interesse público, serem indenizados pelo Erário sem ter que aguardar, para tanto, a passagem à inatividade. 

Sempre ao seu lado

CAMPANHA “JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO” CHEGA A SÃO PAULO




Fotos: Arquivo Anamatra

O bairro do Pari sediou no dia 21 o lançamento da campanha “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado” em São Paulo. O evento aconteceu na Escola Estadual Frei Paulo Luig e contou com o apoio da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo por meio Programa Escola da Família.

“Nossa campanha tem por objetivo a aproximação entre o Judiciário e a sociedade: onde houver um trabalhador e um empregador, haverá um juiz do trabalho. Um dos pilares da campanha é cidadania qualificada, a formação do cidadão. Um cidadão de verdade se forma na escola, com o conhecimento sobre os seus deveres e direitos. O Poder Judiciário está ao alcance de cada um e para que isso aconteça todos precisam saber exercer, na plenitude, sua cidadania”, anunciou a juíza Sandra Bertelli, diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, que representou a entidade na ocasião juntamente com a diretora de Comunicação, Cléa Couto.

“O local escolhido é simbólico, pois o bairro é dominado pela comunidade boliviana, onde há grande incidência de trabalho escravo. Estamos aqui para alertar população de que existem direitos que devem ser respeitados por empregados e empregadores”, disse a juíza Patrica Almeida Ramos, presidente da Associação dos Magistrados

da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra 2-SP). Durante todo o domingo, dezenas de juizes do Trabalho estiveram à disposição da comunidade do bairro para esclarecer dúvidas que envolvem as relações de trabalho e os direitos trabalhistas. Além disso, a Cartilha do Trabalhador e a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, materiais gráficos do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, foram distribuídas aos alunos e também aos cidadãos que passaram pela escola. “Estamos muito felizes de participar deste evento, que tem o sentido de aproximar o Judiciário do Cidadão”, ressaltou Maria Helena Berlinck, responsável pelo Programa Escola da Família da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. Além do esclarecimento de dúvidas, os participantes do evento puderam assistir a uma palestra do juiz do Trabalho Maurício Assali sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, bem como a diversas performances dos alunos e da comunidade do bairro como teatro de fantoches, sarau literário, música, balé, dança do ventre e apresentações folclóricas de bolivianos e paraguaios.

Mais informações sobre a iniciativa e vídeos com dúvidas sobre Direito do Trabalho podem ser conferidos no hotsite da campanha – www.sempreaoseulado.com.br. 

Sempre ao seu lado



Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado.



"Temperando com justiça a vida das pessoas."



"Construindo uma sociedade mais justa."



"Cuidando da saúde e segurança do trabalho."



"Fazendo seu direito chegar a você."

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO
www.sempreaoseulado.com.br

NOVOS MAGISTRADOS CONHECEM O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Foto: Arquivo Anamatra



Dirigentes da Anamatra receberam no dia 10 os novos juízes que estão em Brasília para o 12º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Os novos magistrados tiveram a oportunidade de conhecer a sede da entidade e saber mais sobre sua atuação e objetivos.

“A ideia da visita é receber os colegas e fazer com que vocês conheçam a sede da nossa entidade. Aqui é a casa de vocês. Vivam o movimento associativo”, convidou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, em sua saudação.

Sant’Anna também falou do atual momento em que vive a magistratura brasileira com relação às questões remuneratórias e informou sobre a decisão das assembleias das 24 Amatras de os juízes do Trabalho não participarem da Semana de Conciliação, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. “É um ato político de ‘basta’. Aproximem-se de suas Amatras e vamos fazer deste movimento um movimento de unidade”, convidou.


Participaram da recepção, além do presidente, o vice-presidente, Paulo Schmidt e os diretores de Eventos e Convênios, André Cavalcanti, de Aposentados, Terezinha Kineipp, de Formação e Cultura, Narbal Fileti, e a presidente da Amatra 1 (RJ), Áurea Sampaio



Foto: Arquivo Anamatra

RELAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Os novos juízes também ouviram o presidente da Anamatra sobre a relação entre profissionais na Justiça do Trabalho, no dia 19. O painel, que faz parte do módulo “Deontologia Profissional”, foi coordenado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Emanuel Pereira.

Ao abrir sua exposição, Renato Sant’Anna frisou que os novos juízes devem ver na Anamatra um lugar de acolhimento e apoio. “Nossa atuação tem duas vertentes: o associativismo corporativo e o ativismo social. Além disso, buscamos sempre defender o Direito do Trabalho das diversas ameaças que sofre”, declarou o magistrado, que ainda aproveitou para destacar que a magistratura passou por muitas mudanças nos últimos anos e que um dos benefícios trazidos por elas foi a Enamat e as escolas dos tribunais. 

“A ideia da visita é receber os colegas e fazer com que vocês conheçam a sede da nossa entidade. Aqui é a casa de vocês. Vivam o movimento associativo”

Renato Sant’Anna


CONGRESSO INTERNACIONAL DA ANAMATRA SERÁ EM WASHINGTON D.C.



Foto: Arquivo Anamatra

Magistrados integrantes das Comissões Organizadora e Científica do 7º Congresso Internacional da Anamatra reuniram-se no dia 9 na sede da entidade em Brasília. Durante o encontro foram definidas algumas mudanças na programação do evento, que será realizado apenas em Washington D.C. dos dias 1º a 5 de abril de 2013.

O valor da inscrição para participar do Congresso será de 1.100 dólares americanos. O evento conta com o apoio da Embaixada e Consultado Brasileiros e da International Judicial Academy.

A distribuição das vagas para participação no evento, conforme informado anteriormente, foi feito de forma proporcional ao número de associados de cada Amatra à Anamatra. As Amatras têm até o dia 15 de dezembro para enviar o nome dos participantes indicados para o e-mail eventos@anamatra.org.br 

Confira a distribuição de vagas:

AMATRA	VAGAS	AMATRA	VAGAS
1	9	13	2
2	12	14	2
3	12	15	12
4	10	16	2
5	8	17	2
6	6	18	3
7	2	19	2
8	4	20	2
9	8	21	2
10	3	22	2
11	2	23	2
12	4	24	2

NOVOS MAGISTRADOS CONHECEM O PROGRAMA TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA (TJC)




Foto: Arquivo Anamatra

O programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Anamatra foi apresentado no dia 18 aos juízes-alunos do 12º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). A apresentação aconteceu na mesa redonda “Trabalho, Justiça e Cidadania: o juiz-cidadão e o cidadão-juiz”, coordenada pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alberto Bressiani, e que contou com a participação da presidente da Anamatra 10 (DF e TO), Noêmia Porto.

Coube ao juiz do Trabalho da 4ª Região Gustavo Vieira, integrante da Comissão Nacional do TJC, falar sobre as diretrizes e organização do programa. Os novos magistrados conheceram a iniciativa da Anamatra, quando foi exibido um vídeo revelando como essa atividade se desenvolve em nível nacional, além de receberem uma pasta contendo materiais distribuídos pelo Programa, a exemplo da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos.

Além de falar sobre o funcionamento do TJC, Gustavo Vieira ressaltou o fato de os juízes estarem engajados em causas sociais. “O TJC vem da nova visão da magistratura, em que se discute o novo papel do juiz e do Poder Judiciário. Não se quer mais simplesmente que o magistrado seja um trabalhador do Judiciário, mas sim um agente de poder, de transformação social”, disse.

O magistrado relatou também sua experiência com o Programa que já beneficiou mais de 80 mil alunos e trabalhadores em 20 estados brasileiros mais o Distrito Federal. “É uma experiência muito significativa, de mão dupla, alvissareira para a magistratura. Todos os que passam pela experiência sempre contabilizam um ganho maior do que oferecem”, disse. 

SEMINÁRIO NO TST DISCUTE TRABALHO INFANTIL



“O trabalho precoce da criança, mesmo que acompanhado de estudo, é nefasto, sempre nefasto”

Ministro João Oreste Dalazen

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, participou da abertura do Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho no dia 9 no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na cerimônia, o presidente da Corte, ministro João Oreste Dalazen, afirmou que ninguém pode ficar indiferente a essa questão, e conclamou a todos para uma união cívica para extirpar o trabalho infantil. O evento, que aconteceu na sede do TST em Brasília, contou com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto, entre diversas autoridades do Judiciário, Legislativo e Executivo. A Anamatra foi uma das entidades apoiadoras do seminário.

De acordo com dados revelados por Dalazen, só no Brasil os números do IBGE relativos a 2011 denunciam que 3,6 milhões de crianças entre 5 a 17 anos trabalham. Para Dalazen, o trabalho infantil atrai diversas consequências deletérias para a criança, além do sofrimento pessoal. São crianças que não vão à escola porque trabalham, e que acabarão se tornando adultos pobres. “Isso mantém o ciclo vicioso da miséria”, disse o ministro.


No encerramento do evento, o ministro conclamou a sociedade brasileira para lutar pela erradicação do trabalho infantil. O presidente lembrou o compromisso assumido pelo Brasil perante a comunidade internacional de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015, e todas as formas até 2020, o que, segundo o documento, “exige planejamento, articulação e ações estratégicas”. Esses pontos fizeram parte da “Carta de Brasília pela Erradicação do Trabalho Infantil”, apresentada por Dalazen aos participantes do evento. O documento, segundo ele, retrata o pensamento majoritário dos especialistas presentes no seminário. “O trabalho precoce da criança, mesmo que acompanhado de estudo, é nefasto, sempre nefasto”, concluiu Dalazen. **A**

* Com informações Ascom/TST

CONHEÇA OS FINALISTAS DA 5ª EDIÇÃO DO PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS

PRÊMIO
ANAMATRA
DE DIREITOS
HUMANOS 2012



A Comissão de Direitos Humanos já decidiu quem são os finalistas da 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. Os magistrados se reuniram no último dia 20 de setembro para analisar os 115 trabalhos inscritos. A premiação acontecerá no dia 28 de novembro, em São Paulo. A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Berteli, esteve à frente da seleção dos trabalhos, que também contou com a ajuda do jornalista e professor universitário Lunde Braghini, que fez uma pré-seleção das matérias jornalísticas que concorrem ao prêmio. Além dos finalistas em cada categoria, também foram selecionados trabalhos para receber menção honrosa.  Confira abaixo os finalistas de cada categoria.

CATEGORIA CIDADÃ

Título do trabalho: Desenvolver-se também é divertido

Participante: Associação Pró-Criança e Família Recife (PE)

Resumo: O projeto que ora se apresenta está direcionado ao combate e à prevenção do trabalho infantil. O objetivo é visar o estímulo ao desenvolvimento, à formação e à aprendizagem com contraturno escolar, sempre de modo a proporcionar maiores oportunidades de diversão. Existe uma escolinha de teoria e prática de violão, com aquisição de instrumentos, e foi potencializada a oficina de artesanato numa perspectiva de reciclagem para confecção de brinquedos. Projeto que conta com o apoio da Amatra da 6ª região (PE).

Título do trabalho: Promotoras Legais Populares pelo Trabalho Doméstico Decente

Participante: Universidade Católica de Brasília-UCB: Taguatinga (DF)

Resumo: O projeto baseia-se em consolidar e fortalecer um grupo de mulheres trabalhadoras domésticas capazes de redimensionar e construir criticamente a opinião pública e produzir ações concretas de intervenção na realidade social. Para tal, foram realizados encontros semanais nas tardes de sábado, já que a maioria das domésticas trabalha no sábado pela manhã, com oficinas que contaram com a participação de profissionais de direito, serviço social e psicologia, auxiliados por estudantes da área e acompanhados por movimentos feministas e popular, além da parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Direitos Humanos

CATEGORIA TJC

Trabalho, Justiça e Cidadania - Vitória (ES)

Viva + Trabalho, Justiça e Cidadania – Brasília (DF)

Minha experiência no programa TJC – Maruim (SE)

Projeto Construindo a Cidadania – Parnamirim (RN)

TJC na Toyama – Porto Alegre (RS)

Comunidade e direitos sociais – Fortaleza (CE)

CATEGORIA IMPRENSA

SUBCATEGORIA FOTOGRAFIA

Título do trabalho: Reciclado vidas

Participante: Alexandre Antonio Ribeiro Gondim, Recife (PE)

Resumo: AAs ruas e avenidas se viram uma terra sem fiscalização, com lixos em toda a parte onde catadores fazem triagem dos dejetos no meio da rua, as margens do rio Capibaribe

Título do trabalho: A dor se repete

Participante: Marcos Porto, Blumenau (SC)

Resumo: O flagrante ocorreu instante após o irmão do trabalhador, um pintor, ter caído do 11º andar de um edifício em obras no centro de Balneário Camboriú, cidade litorânea de 108 mil habitantes em Santa Catarina.

SUBCATEGORIA RÁDIO

Título do trabalho: Começar de Novo – Da capacitação ao esporte: o recomeço dos detentos

Participante: Ana Lúcia Almeida Caldas Oliveira, Brasília (DF)

Resumo: A reportagem foi veiculada em fevereiro de 2012, com base em depoimentos de detentos e egressos do sistema prisional, e a ideia foi mostrar o recomeço e a perspectiva dessas pessoas através da inserção no mercado de trabalho. A matéria aborda também os acordos firmados para contratar mão-de-obra de presos em obras da Copa. A reportagem quer mostrar que novas chances são possíveis.

Título do trabalho: Especial Jogadores de Futebol

Participante: Marcela Duarte D'Alessandro, Brasília (DF)

Resumo: As reportagens sobre fraudes trabalhistas em clubes profissionais de futebol foram realizadas em aproximadamente um mês. Com a finalização da série, a intenção é de que o público-ouvinte possa perceber que a vida de jogador de futebol geralmente ligada a vitórias, sucesso, dinheiro e mulheres, pode ter uma realidade bem diferente.

CATEGORIA IMPRENSA

SUBCATEGORIA TELEVISÃO

Título do trabalho: Segunda chance

Participante: Caco Barcelos

Resumo: O programa Profissão Repórter acompanhou o esforço de ex-detentos para recuperar suas vidas do lado de fora das grades. Em três reportagens, durante três meses, as equipes acompanharam histórias de pessoas que saem da prisão ou ganham liberdade provisória e tentam uma SEGUNDA CHANCE.

Título do trabalho: Nosso lixo

Participante: Carina Dourado Rodrigues, Brasília (DF)

Resumo: O lixo é o tema da reportagem que mostrou como a gestão dos resíduos sólidos no Brasil está ligada às condições de miséria, onde há quase total ausência de direitos humanos. Mostrou ainda iniciativas da sociedade civil para converter o lixo orgânico, que as ações públicas chamam de dejetos, em adubo de qualidade, que é facilmente produzido em casa.

SUBCATEGORIA IMPRESSO

Título do trabalho: Profissão perigo

Participante: Ana Cristina d' Angelo

Resumo: A série mostra os acidentes de trabalho principalmente os que resultam em morte, pela situação em que as famílias ficam após os acidentes com vítima. Os sindicatos de diferentes categorias foram procurados em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte para passar informações, dados ou contatos das famílias das vítimas para confecção da série. Houve muitos relatos das famílias, estatísticos e governo.

Título do trabalho: Fora da Lei

Participante: Joelmir Tavares de Rezende, Belo Horizonte (MG)

Resumo: A série de reportagens mostrou que trabalhadores são explorados em obras com a participação direta ou indireta do governo federal, em vários Estados. Um dos principais projetos da atual gestão, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem registros de descumprimentos de legislação trabalhista e convenções coletivas, má-fé de empresas terceirizadas, perseguições e represálias a grevistas, fiscalização insuficiente e até escravidão.

Aposentados

APOSENTADOS PARTICIPAM DO 12º ENCONTRO ANUAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Foto: Arquivo Amatra 10




Juizes aposentados marcaram presença no 12º Encontro Anual dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (DF e TO), organizado pela Amatra 10 e realizado de 3 a 7 em Santiago, no Chile. A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, participou do evento e representou a associação nacional. “A alegria e o carinho dos seus líderes e de todos os participantes transformaram o evento em um importante veículo de conagração”, comentou a magistrada. A diretora da Anamatra, que é associada da Amatra 10, fez parte da mesa de abertura do evento, representando a entidade nacional. Em seu pronunciamento, a magistrada defendeu “a união de ativos e aposentados no fortalecimento das associações na busca de um Poder Judiciário mais forte e do respeito e cumprimento dos direitos e prerrogativas da magistratura trabalhista.”

O evento contou com relevantes discussões. Flávia Piovezan falou sobre direitos humanos, Álvaro Flores sobre a reforma laboral no Chile e o desembargador Brasileiro Santos Ramos discorreu sobre o tema “Desafios às garantias judiciais dos direitos sociais: um diálogo entre as realidades brasileiras e chilenas”.

Dos 32 associados que estiveram no Chile, 5 eram aposentados: Alexandre Isaac, coordenador dos Aposentados da 10ª Região, o ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho Luciano de Castilho Pereira, Roberto Braz Iannini, Joana Vitória de Meiroz Grillo, além da diretora de aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Iannini, que residiu em Santiago por quatro anos e sendo regente de um coral no Brasil, prestou homenagem aos colegas chilenos cantando duas músicas, emocionando a todos no lance oferecido ao final da visita feita aos “Juzgados Del Trabajo”. “Desembargadores, juizes de primeiro grau e magistrados aposentados, com certeza, juntos, engrandeceram e fortaleceram a Amatra 10 no cumprimento da sua missão”, afirmou Terezinha. 

“A alegria e o carinho dos seus líderes e de todos os participantes transformaram o evento em um importante veículo de conagração”

Terezinha Kineipp

Semana sem conciliação

7 a 14 de novembro de 2012



Não existe conciliação
sem justiça igual para todos.

Desde 2006, os juízes da União tiveram apenas 9%
de reposição de inflação.

Os nossos salários perderam quase 30% do valor real.

Como ato de protesto, a magistratura da União não participará
da Semana Nacional de Conciliação, realizada pelo CNJ.

Os Poderes da República devem dar resposta aos magistrados,
cumprindo a Constituição Federal.

Juiz também tem direitos!